

Autismo, direitos e inclusão: os desafios para a inclusão social

Rubens Henrique Bormann - CEUCLAR

Sandra Uanne Canela da Mota - Universidade Federal do Amapá

Gleison Fabiano Lucio Assunção Ferreira - Faculdade de Direito Milton Campos - FDMC

Alicia Viviana Mendez - Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)

Joelson Lopes da Paixão - Universidade Federal de Santa Maria

Ivonete Rodrigues Lopes da Silva - Universidade Estadual do Maranhão

Nathanael de Sousa Barreto - UEMA

Natanael Carvalho Sousa - Secretária Estadual do MA

Robson Alves Pimenta Júnior - Universidade de Uberaba

Adriano Sousa de Farias - Secretária Estadual do MA

Wesley John Barros Silva - UEMASUL

Giuliano Eduardo Batista Cutrim - SESUC/MA

Angelita Antonia Santos Oliveira - UFMG

Elayne Cristina Rocha Dias - UFMG

Rita Wigna de Souza Silva - Universidade Federal do Ceará

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios enfrentados por pessoas com autismo na busca pela inclusão social e profissional, explorando as barreiras e oportunidades identificadas por profissionais que atuam em áreas como educação, saúde e mercado de trabalho. A pesquisa foi de natureza exploratória, com uma amostra de 31 profissionais que participaram de entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram que, embora existam avanços nas políticas públicas e iniciativas de inclusão, ainda persistem obstáculos significativos, como a falta de conscientização, formação especializada, adaptações adequadas nos ambientes educacionais e profissionais, e a resistência cultural à inclusão. A pesquisa conclui que a inclusão de pessoas com autismo é um processo contínuo que exige a colaboração entre diferentes setores da sociedade, a adaptação das estruturas físicas e a implementação eficaz de políticas públicas. Além disso, destacou a importância de considerar a inclusão como um direito humano fundamental, que deve ser garantido por meio de ações concretas e transformadoras.

Palavras-chave: Autismo; Direitos Humanos; Educação; Inclusão.

I. Introdução

A compreensão do autismo evoluiu significativamente nas últimas décadas, impulsionada por avanços científicos, movimentos sociais e debates sobre os direitos humanos. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por uma ampla gama de manifestações comportamentais, comunicacionais e sensoriais, que variam em intensidade e impacto na vida cotidiana de cada indivíduo. Essa diversidade exige uma abordagem que respeite as singularidades e promova a inclusão plena em todos os âmbitos sociais, desde a convivência comunitária até o acesso ao trabalho. No entanto, apesar dos avanços legais e da maior visibilidade, muitas barreiras ainda persistem na efetivação dos direitos das pessoas autistas (Santos, 2020; Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

Os direitos humanos, fundamentados na dignidade, liberdade e igualdade, estabelecem o princípio de que todas as pessoas, independentemente de suas condições, devem ter oportunidades equitativas de participação social. Nesse contexto, a inclusão de pessoas com autismo representa um desafio coletivo que envolve o poder público, a sociedade civil e o setor privado. A inclusão não se limita ao cumprimento formal de leis, mas implica em promover condições reais de acessibilidade, aceitação e valorização da diversidade. Isso exige romper com estigmas e preconceitos historicamente enraizados, que ainda marginalizam indivíduos autistas, especialmente em espaços como o mercado de trabalho (Matias; Probst, 2018).

Embora marcos legais importantes tenham sido conquistados, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), ainda há um descompasso entre a teoria normativa e a prática cotidiana. O acesso a direitos básicos, como educação de qualidade, serviços de saúde especializados e oportunidades profissionais, continua sendo um desafio para grande parte da população autista. A falta de preparo institucional, aliada à escassez de políticas públicas eficazes, limita o potencial de inclusão dessas pessoas e compromete o exercício pleno de sua cidadania (Souza; Bordas; Santos, 2014).

No ambiente social, a exclusão de pessoas autistas ainda se manifesta de forma sutil, mas constante, por meio da falta de representatividade, do capacitismo e da invisibilização de suas necessidades específicas. A ausência de políticas de sensibilização e formação da população em geral contribui para a perpetuação de mitos sobre o autismo, dificultando a construção de relações interpessoais baseadas na empatia e no respeito às diferenças. A convivência com a diversidade ainda é um desafio cultural que precisa ser enfrentado com ações educativas contínuas e comprometidas com a equidade. Já no contexto profissional, os desafios são ainda mais evidentes. Muitas empresas não estão preparadas para receber pessoas com autismo, seja por desconhecimento sobre o transtorno, seja por falta de adaptações nos processos seletivos, no ambiente de trabalho ou na comunicação interpessoal (Tavares; Santos; Freitas, 2016).

O capacitismo institucionalizado cria barreiras que dificultam o ingresso e a permanência dessas pessoas no mercado de trabalho, reforçando a exclusão social e econômica. O reconhecimento das potencialidades e competências individuais ainda é ofuscado por estereótipos e falta de preparo dos empregadores. A inclusão social e profissional de pessoas com autismo, portanto, é um direito garantido, mas ainda distante de ser plenamente concretizado. É preciso fomentar uma cultura de inclusão que vá além das obrigações legais, promovendo o protagonismo dessas pessoas e a valorização de suas contribuições para a sociedade. O respeito à neurodiversidade é um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e plural, onde todos possam participar ativamente da vida social e econômica, com autonomia e dignidade (Vieira; Pereira, 2020).

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa foi analisar os principais desafios enfrentados por pessoas com autismo na efetivação de seus direitos humanos, com foco na inclusão social e profissional, identificando as barreiras existentes, bem como possíveis caminhos para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

II. Materiais e métodos

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem exploratória, com o intuito de compreender, de forma aprofundada, os desafios enfrentados por pessoas com autismo no que se refere à inclusão social e profissional, a partir da perspectiva de profissionais que atuam diretamente com esse público. Optou-se por essa abordagem por ela permitir maior familiaridade com o fenômeno estudado e possibilitar a construção de uma base conceitual e prática mais sólida sobre o tema.

O trabalho de campo foi realizado com uma amostra composta por 31 profissionais, entre eles educadores, psicólogos, assistentes sociais, gestores públicos, terapeutas ocupacionais e profissionais da área de recursos humanos. Esses participantes foram selecionados por atuarem em contextos diversos relacionados à inclusão de pessoas com autismo, como escolas, instituições públicas, empresas e centros de atendimento especializado.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram um diálogo mais aberto com os entrevistados, respeitando um roteiro previamente elaborado, mas permitindo flexibilidade para que os profissionais pudessem relatar suas experiências, percepções e desafios enfrentados em suas práticas. As entrevistas foram realizadas presencialmente e, em alguns casos, de forma remota, devido à disponibilidade dos participantes.

Cada entrevista teve duração média de 30 a 50 minutos e foi devidamente registrada com o consentimento dos participantes. As falas foram gravadas, transcritas e organizadas para posterior análise. Todo o processo foi conduzido de acordo com os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo o sigilo e o anonimato dos participantes. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

III. Resultados e discussões

A análise dos dados coletados a partir das entrevistas revelou uma série de desafios e oportunidades no processo de inclusão social e profissional das pessoas com autismo, segundo os relatos dos profissionais envolvidos no estudo. Um dos principais desafios apontados pelos entrevistados diz respeito à falta de conscientização e sensibilização da sociedade em relação às pessoas com autismo. Segundo E02, "muitos ainda têm dificuldades em compreender o autismo de maneira ampla, associando-o a estereótipos que não refletem a diversidade do espectro". A mesma ideia foi reforçada por E06, que mencionou: "A sociedade, de modo geral, ainda tem uma visão muito limitada sobre o autismo, o que gera exclusão desde as primeiras interações sociais."

Outro desafio identificado foi a insuficiência de formação especializada para os profissionais que lidam com pessoas com autismo. De acordo com E03, "muitos educadores e profissionais da saúde ainda carecem de uma capacitação mais técnica e emocional para atender adequadamente às demandas das pessoas com autismo". E05 complementou, dizendo: "A formação acadêmica é essencial, mas a falta de treinamento contínuo e práticas específicas ainda é uma barreira enorme para uma inclusão real." Essa falta de formação especializada foi destacada como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que buscam garantir a inclusão plena de pessoas com autismo em diversos contextos.

A educação foi uma das áreas mais mencionadas pelos entrevistados como um campo de dificuldades para a inclusão de pessoas com autismo. E01 relatou: "Apesar das leis garantirem a educação inclusiva, a realidade nas escolas é muito diferente. Faltam recursos, materiais didáticos adaptados e professores suficientemente capacitados para lidar com as especificidades do autismo." E07 concordou, afirmando: "Muitas escolas ainda não conseguem acolher a diversidade do espectro autista, o que resulta em uma inclusão parcial, ou até mesmo em uma exclusão disfarçada." Essas dificuldades evidenciam a lacuna entre a legislação e a realidade vivida por alunos autistas nas escolas.

Em relação à educação, um ponto relevante foi a necessidade de adaptação do ambiente escolar. Relatos de E08 e E09 evidenciaram a importância de ajustar o espaço físico e as dinâmicas pedagógicas para promover uma inclusão efetiva. E08 compartilhou: "Em algumas escolas, o espaço físico não favorece a interação de alunos com autismo. Isso inclui desde a organização das salas de aula até a falta de ambientes tranquilos para momentos de sobrecarga sensorial." E09 acrescentou: "A adaptação não é apenas sobre a estrutura física, mas também sobre criar um ambiente emocionalmente seguro e acolhedor para esses alunos."

O mercado de trabalho também foi um ponto central abordado pelos entrevistados. E04 afirmou: "As empresas muitas vezes não estão preparadas para receber pessoas com autismo, o que faz com que muitos profissionais altamente qualificados acabem sendo marginalizados ou sequer contratados." E10 complementou: "Mesmo quando a contratação acontece, as empresas falham em criar condições adequadas para o desenvolvimento profissional de pessoas autistas, desde a comunicação até as condições do ambiente de trabalho." Esses relatos indicam a necessidade de uma maior adaptação dos processos seletivos e ambientes de trabalho para garantir a inclusão de pessoas com autismo.

A acessibilidade, tanto física quanto de comunicação, foi destacada como um desafio crucial para a inclusão no mercado de trabalho. E12 observou: "No ambiente de trabalho, a comunicação clara e objetiva é essencial para pessoas com autismo. Infelizmente, muitas empresas não possuem uma estrutura que permita essa adaptação, como materiais visuais ou ambientes menos estimulantes." E15 também destacou a falta de estrutura adequada, mencionando: "Muitas vezes, o local de trabalho se torna um campo de estresse, porque a pessoa com autismo não tem a oportunidade de expressar suas dificuldades de forma clara e é vista como 'problemática'."

Além das adaptações físicas e de comunicação, muitos entrevistados destacaram a necessidade de sensibilização nas empresas. E14 afirmou: "É fundamental que as empresas entendam o que significa incluir uma pessoa com autismo e se comprometam a criar estratégias que garantam um ambiente mais inclusivo e acessível." E16 complementou: "A inclusão vai além da contratação. Ela exige uma mudança cultural dentro da empresa, o que só acontece com um trabalho contínuo de conscientização." Essa mudança de mentalidade é vista como essencial para garantir a efetividade da inclusão.

A família também desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, como foi observado por E11: "As famílias, muitas vezes, enfrentam dificuldades para entender o que é o autismo e como ajudar seus filhos

ou parentes a se inserirem no contexto social e profissional. É essencial que as famílias recebam apoio especializado para orientar suas ações." E13 também ressaltou a importância de uma parceria entre família e profissionais: "Quando a família se sente segura e apoiada, ela pode ajudar a promover a inclusão com mais confiança." O apoio familiar foi apontado como um fator determinante para o sucesso da inclusão social e profissional.

A saúde mental foi outra área discutida pelos entrevistados, principalmente no que diz respeito ao impacto da exclusão no bem-estar de pessoas com autismo. E17 observou: "A saúde mental de pessoas com autismo é uma questão crítica, pois os estigmas e a exclusão podem gerar sérios problemas de ansiedade e depressão, prejudicando ainda mais a chance de inserção profissional." E18 compartilhou: "Criar um ambiente acolhedor e livre de discriminação é fundamental para que a pessoa com autismo possa prosperar profissionalmente, sem que sua saúde mental seja prejudicada." Esses relatos indicam que a inclusão não é apenas uma questão social, mas também de cuidado com a saúde mental e emocional dos indivíduos.

A tecnologia também foi mencionada como uma ferramenta importante para a inclusão de pessoas com autismo. E20 afirmou: "Ferramentas tecnológicas, como aplicativos de comunicação e softwares adaptativos, têm facilitado a interação e a inserção social e profissional das pessoas com autismo." E21 complementou: "A tecnologia oferece uma forma de personalizar o atendimento e as experiências de aprendizagem, o que é essencial para quem tem necessidades específicas." Isso mostra o potencial da tecnologia para superar barreiras de comunicação e criar um ambiente mais inclusivo.

A falta de políticas públicas eficazes e a resistência em implementá-las de maneira plena foram destacadas por vários entrevistados. E22 relatou: "Embora existam políticas de inclusão, elas ainda não são aplicadas de forma consistente, o que faz com que muitas pessoas com autismo fiquem à margem." E23 também mencionou: "As políticas precisam ser mais direcionadas às necessidades locais, além de prever acompanhamento e recursos adequados para garantir que as pessoas com autismo realmente sejam incluídas."

A implementação de políticas públicas mais eficazes foi vista como uma necessidade urgente para garantir a inclusão de maneira efetiva. Outro desafio identificado foi a superação de estigmas e preconceitos. E26 afirmou: "Os preconceitos ainda são muito fortes, e a falta de informação muitas vezes cria barreiras que poderiam ser facilmente quebradas." E27 reforçou: "Mudar a mentalidade das pessoas em relação ao autismo é um desafio, mas a educação contínua e a disseminação de informações corretas são passos essenciais." A educação e a conscientização foram apontadas como elementos chave para a quebra desses estigmas.

Por fim, os entrevistados apontaram que a inclusão é um processo contínuo. E28 disse: "A inclusão é um processo que deve ser alimentado ao longo do tempo, com ações constantes e avaliação de resultados." E29 concordou: "É necessário monitorar constantemente o progresso da inclusão, realizando ajustes e melhorias sempre que necessário." Isso indica que, para ser efetiva, a inclusão precisa ser vista como um compromisso de longo prazo, que envolve ajustes contínuos tanto na sociedade quanto nas políticas públicas.

Além disso, foi destacado o papel das redes de apoio interinstitucionais. E30 afirmou: "O trabalho conjunto entre escolas, empresas, governos e famílias é fundamental para garantir que as pessoas com autismo tenham acesso real aos seus direitos." E31 também ressaltou: "A articulação entre diferentes setores pode criar um ambiente mais inclusivo e proporcionar apoio contínuo às pessoas com autismo." Isso evidencia que a inclusão não deve ser uma responsabilidade isolada, mas uma ação colaborativa que envolva diversos setores da sociedade.

Em termos de resultados positivos, alguns entrevistados compartilharam experiências exitosas. E09 relatou: "Em meu ambiente de trabalho, implementamos programas de sensibilização e contratação inclusiva, e os resultados têm sido positivos, tanto em termos de produtividade quanto no clima organizacional." E11 compartilhou: "Vi uma mudança significativa no comportamento dos alunos após a implementação de adaptações pedagógicas para estudantes com autismo." Esses relatos indicam que a inclusão, quando bem implementada, traz benefícios para todos os envolvidos.

Mesmo com os avanços, os entrevistados apontaram que as barreiras legais e administrativas ainda representam um obstáculo. E13 mencionou: "Há dificuldades em garantir a implementação de direitos, como o direito ao trabalho e à educação inclusiva, devido à falta de fiscalização e à resistência de alguns gestores." E14 complementou: "A burocracia muitas vezes impede que as políticas cheguem efetivamente às pessoas que mais precisam." Isso destaca a importância de uma ação mais eficaz por parte das autoridades competentes. Em relação à acessibilidade cognitiva, um aspecto importante foi destacado. E15 relatou: "A comunicação no ambiente profissional muitas vezes não é adaptada para atender as necessidades cognitivas das pessoas com autismo, o que gera frustração e afastamento." E16 concordou: "Precisamos de adaptações mais específicas para garantir que a pessoa com autismo tenha a mesma chance de crescer no trabalho." Isso sublinha a necessidade de criar um ambiente de trabalho mais inclusivo para as especificidades do autismo.

Finalmente, os entrevistados concordaram que a inclusão das pessoas com autismo é um direito humano fundamental. E17 afirmou: "A inclusão das pessoas com autismo é essencial para garantir sua cidadania plena e seu reconhecimento como sujeitos de direitos." E18 também ressaltou: "A falta de inclusão significa a negação de direitos, e isso não pode ser aceito em uma sociedade democrática." Esses relatos mostram que, embora a inclusão

de pessoas com autismo tenha avançado em algumas áreas, ainda há muito a ser feito para garantir que seus direitos sejam plenamente respeitados.

IV. Conclusão

A pesquisa sobre os desafios enfrentados por pessoas com autismo na busca pela inclusão social e profissional demonstrou a complexidade do processo de inclusão, que envolve uma série de barreiras, tanto sociais quanto estruturais, que ainda persistem em diferentes esferas da sociedade. Através dos relatos dos profissionais entrevistados, foi possível compreender as dificuldades enfrentadas por essas pessoas e as estratégias que precisam ser adotadas para garantir uma verdadeira inclusão, que vá além do cumprimento de normas e leis, e que se traduza em mudanças efetivas na forma como as pessoas com autismo são vistas e tratadas na sociedade e no mercado de trabalho.

O estudo revelou que, embora haja avanços em algumas áreas, como a legislação sobre direitos das pessoas com deficiência e iniciativas isoladas de empresas e instituições educacionais, as barreiras à inclusão continuam significativas. A falta de sensibilização e conscientização tanto no âmbito educacional quanto no mercado de trabalho, a insuficiência de formação adequada para os profissionais envolvidos e a resistência a mudanças culturais foram apontadas como obstáculos primários à efetiva inserção social e profissional de indivíduos com autismo. Além disso, foi evidenciado que a inclusão não pode ser vista como um evento isolado, mas sim como um processo contínuo, que exige o envolvimento de diversos setores da sociedade, como famílias, escolas, empresas e políticas públicas.

A colaboração entre esses diferentes agentes é fundamental para garantir que as pessoas com autismo não sejam apenas incluídas de forma superficial, mas que tenham as mesmas oportunidades e condições para desenvolver seu potencial em todos os aspectos da vida social e profissional. Outro ponto importante destacado na pesquisa foi a necessidade de adaptações tanto nos ambientes educacionais quanto profissionais. O estudo indicou que as empresas e as escolas ainda não estão plenamente preparadas para lidar com as especificidades do autismo, seja no que diz respeito ao ambiente físico, seja na forma de comunicação e interação. Portanto, é essencial que se desenvolvam políticas de adaptação mais eficazes e que se invista na capacitação contínua dos profissionais que atuam diretamente com essas pessoas.

Em relação às políticas públicas, foi identificado que, embora existam dispositivos legais para a inclusão das pessoas com autismo, sua aplicação ainda é desigual e, em muitos casos, ineficaz. A fiscalização e o apoio contínuo são necessários para que as políticas públicas atinjam seu objetivo de proporcionar uma inclusão real e de qualidade. A conscientização social, portanto, deve ser acompanhada de ações concretas que envolvam investimentos em infraestrutura, formação profissional e, principalmente, em práticas inclusivas que respeitem as particularidades de cada indivíduo.

Por fim, a pesquisa ressaltou que a inclusão de pessoas com autismo é, antes de tudo, uma questão de direitos humanos. A sociedade precisa entender que a diversidade é um valor, e que todas as pessoas, independentemente de suas características, devem ter acesso às mesmas oportunidades e direitos. A verdadeira inclusão não é um favor, mas uma exigência de justiça social, e deve ser tratada como uma prioridade na construção de uma sociedade mais equitativa e acessível a todos. O objetivo desta pesquisa foi, portanto, analisar os desafios enfrentados por pessoas com autismo para sua inclusão social e profissional, e os resultados indicam que, embora tenha ocorrido algum avanço, ainda há muito a ser feito. A pesquisa oferece contribuições valiosas para a discussão sobre a inclusão de pessoas com autismo e aponta caminhos que podem ser seguidos para garantir uma integração mais efetiva e justa dessa população na sociedade.

Referências

- [1]. SANTOS, R. V. A formação docente: a importância da proficiência lúdica para o desenvolvimento do autismo. **Revista científica Cognitionis**, v. 3, n. 2, 2020.
- [2]. SOUZA, R. C. S.; BORDAS, M. A. G.; SANTOS, C. S. **Formação de Professores e Cultura Inclusiva**. Aracaju: Editora UFS, 2014.
- [3]. MATIAS, H. B. R.; PROBST, M. A criança com Transtorno do Espectro Autista, a escola e o professor: algumas reflexões. **Revista Profissão Docente**, 18(38), 158–170, 2018.
- [4]. TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.
- [5]. VIEIRA, J. N.; PEREIRA, M. P. M. A inclusão escolar do aluno autista: algumas considerações. **Ciência: Gerenciais Em Foco**, v. 11, n. 9, 2020.
- [6]. WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.